



EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) dos bens abaixo descritos, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **RADY HAIR ESTÉTICA E PERFUMARIA LTDA - ME (CNPJ/MF Nº 09.412.286/0001-97)** e **ESPÓLIO AURI CORNELIUS** representado pela inventariante **BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS (CPF/MF Nº 217.333.090-04)**; do terceiro interessado: **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO QUINTA DA BOA VISTA (CNPJ/MF Nº 90.338.302/0001-67)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. Diego Diel Barth, da 9ª Vara Cível – Foro Central de Porto Alegre, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por **MULTIPLAN PARKSHOPPING (CNPJ/MF Nº 14.447.630/0001-13)** e **UNIPARK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ/MF Nº 18.538.209/0001-79)** em face de **RADY HAIR ESTÉTICA E PERFUMARIA LTDA - ME (CNPJ/MF Nº 09.412.286/0001-97)** e **ESPÓLIO AURI CORNELIUS** representado pela inventariante **BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS (CPF/MF Nº 217.333.090-04)**, nos autos do **Processo nº 5113891-51.2020.8.21.0001**, e foi designada a venda dos bens abaixo descritos, nos termos da Lei Ordinária nº 15.593/2021 que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BENS: **LOTE 01 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Anita Garibaldi, nº 2120, Apartamento nº 808, Bloco I, do Condomínio Quinta da Boa Vista, Boa Vista, Porto Alegre /RS – CEP: 90480-200 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Apartamento nº 808, Bloco I, do Condomínio Quinta da Boa Vista. Tendo 37,58m² de área real de uso comum, 66,60m² de área real privativa, e 104,18m² de área total, e uma fração ideal equivalente a 0,003399 do terreno.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	-
Matrícula Imobiliária nº	4.125
	Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre/RS

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
Av. 21	19/04/2024	Ajuizamento de ação	Proc. nº 5113891-51.2020.8.21.0001	Multiplan Parkshopping E Participações Ltda e Unipark Empreendimentos e Participações Ltda
Av. 22	05/11/2024	Indisponibilidade de bens	Proc. nº 5113891-51.2020.8.21.0001	Multiplan Parkshopping E Participações Ltda e Unipark Empreendimentos e Participações Ltda
Av. 23	20/01/2026	Penhora Exequenda	Proc. nº 5113891-51.2020.8.21.0001	Multiplan Parkshopping E Participações Ltda e Unipark Empreendimentos e Participações Ltda

OBS.: O apartamento é composto de vestíbulo, cozinha, área de serviço, banheiro auxiliar, sala de estar, 2 (dois) dormitórios e banheiro (Matrícula imobiliária).





VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 560.000,00 (Out/2025 – Laudo de Avaliação evento 192 – Homologação evento 232).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 581.208,11 (Jun/2026). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do IGPM/FGV, a ser calculado pela Ferramenta de Cálculo do E. TJRS.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: R\$ 12.250,61 (Jun/2026) – R\$ 10.111,25 referente aos débitos inscritos na Dívida Ativa e R\$ 2.139,36 referente aos débitos não inscritos na Dívida Ativa. Os débitos tributários ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional).

DÉBITO CONDOMINIAL: Eventuais débitos condominiais ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1º, do CPC).

LOTE 02 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL: Rua Anita Garibaldi, nº 2120, Vaga nº 094, do Condomínio Quinta da Boa Vista, Boa Vista, Porto Alegre /RS – CEP: 90480-200 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Uma vaga de garagem nº 094, do Condomínio Quinta da Boa Vista, localizado no 1º pavimento ou andar térreo. Tendo 1,77m² de área real de uso comum, 12,50m² de área real privativa e 14,27m² de área real total, correspondendo-lhe a uma fração ideal equivalente a 0,000160 do terreno medindo 109,17m.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	-	
Matrícula Imobiliária nº	3.947	Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre/RS

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
Av. 20	19/04/2024	Ajuizamento de ação	Proc. nº 5113891-51.2020.8.21.0001	Multiplan Parkshopping E Participações Ltda e Unipark Empreendimentos e Participações Ltda
Av. 21	05/11/2024	Indisponibilidade de bens	Proc. nº 5113891-51.2020.8.21.0001	Multiplan Parkshopping E Participações Ltda e Unipark Empreendimentos e Participações Ltda
Av. 22	20/01/2026	Penhora Exequenda	Proc. nº 5113891-51.2020.8.21.0001	Multiplan Parkshopping E Participações Ltda e Unipark Empreendimentos e Participações Ltda

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 50.000,00 (Out/2025 – Laudo de Avaliação evento 192 – Homologação evento 232).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 51.893,58 (Jun/2026). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do IGPM/FGV, a ser calculado pela Ferramenta de Cálculo do E. TJRS.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Eventuais débitos tributários ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional).





DÉBITO CONDOMINIAL: Eventuais débitos condominiais ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1º, do CPC).

OBSERVAÇÃO PARA TODOS OS LOTES:

OBS.01: Os lotes deverão ser arrematados como lote único.

OBS.02: Foram opostos Embargos à Execução (Processo nº 5126456-76.2022.8.21.0001) pela executada Rady Hair Estética e Perfumaria Ltda. – Me, objetivando a revisão do índice de correção monetária dos alugueis, bem como afastamento da mora e multa contratual. Os embargos foram julgados improcedentes. Trânsito em julgado em 19.06.2026.

VALOR DE AVALIAÇÃO DE TODOS OS LOTES: R\$ 610.000,00 (Out/2025 – Laudo de Avaliação evento 192 – Homologação evento 232).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO DE TODOS OS LOTES: R\$ 633.101,69 (Jun/2026 – Avaliação ao Evento 192). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do IGPM/FGV, a ser calculado pela Ferramenta de Cálculo do E. TJRS.

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 2.122.851,57 (Dez/2024 - Evento 118).

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **16 de outubro de 2026, às 14 horas, e se encerrará no dia 19 de outubro de 2026, às 14 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 19 de outubro de 2026, às 14 horas, e se encerrará em 10 de novembro de 2026, às 14 horas.**

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 80% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice IGPM/FGV, a ser calculado pela Ferramenta de Cálculo do E. TJRS. Em caso de atraso no pagamento das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob nº 418/2021, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).





05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito Banco Banrisul gerada no https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/controlador.php?acao=guias_deposito_judicial&hash=01e648b3c0569c176f68524d6a46a36d, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 6% (seis por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130,





parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os decorrentes de débitos de condomínio (artigo 908, §1º, do CPC), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDITORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATACÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 03 deste Edital.

18 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Dolores Alcaraz Caldas, nº 90, 8º Andar, Praia de Belas - CEP 90110-180 – Porto Alegre – RS, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.





ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Se, por qualquer motivo, a intimação pessoal do executado, não se realizar no endereço constante dos autos, incidirá a disposição do art. 274, parágrafo único, do CPC e, em reforço, considerar-se-á a intimação feita pelo edital.

Porto Alegre, 11 de agosto de 2026.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. DIEGO DEL BARTH
JUIZ DE DIREITO



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

